

# HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS E BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

OLIVEIRA, Laura Santos.<sup>1</sup> DIAS, Adrielli Piccinin.<sup>2</sup> JUNIOR, Yegor Moreira.<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O referido trabalho acadêmico visa trazer breves explanações sobre o tema honorários advocatícios sucumbenciais e beneficiários da justiça gratuita. Os honorários advocatícios sucumbenciais estão previstos no art. 791-A da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/17, inseriu o pagamento de honorários, custas e justiça gratuita honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça do Trabalho. A justiça Gratuita está prevista no art. 98 do Novo CPC referente ao não pagamento pelo uso do Poder Judiciário. Todos têm o direito de acesso à justiça, assim como buscar o auxílio jurídico para resolver os seus conflitos e obter uma julgamento do mérito. Assuntos a serem discutidos é como são tratados os honorários sucumbenciais com a outra parte sendo beneficiária de justiça gratuita. De início, apresenta-se uma breve contextualização histórica, bem como sua conceituação, princípios e classificações relativas aos ônus da sucumbência. Ao adentrar no tema central deste trabalho, foram trazidos à tona os critérios de arbitramento quando for parte a Fazenda Pública, a possibilidade de arbitramento da verba honorária de sucumbência em sede recursal e a vedação à compensação de honorários em caso de sucumbência recíproca.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça, honorários advocatícios, sucumbencias, Código Civil, Acesso à justiça.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca dispor sobre a relação de honorários advocatícios sucumbenciais no cenário jurídico Brasileiro, uma temática de suma importância para o direito. Na medida em que se tem a remuneração de advogados, se tem de numerosos cargos da justiça, mas o que é de relevância aqui é demonstrar e englobar os honorários advocatícios sucumbenciais, que são fixados conforme as regras do novo Código de Processo Civil, previsto no artigo 85 com respectivos 19 parágrafos para dispor dessa temática. No decorrer do tempo, diversas regras, princípios e objetivos foi se modificando, divergências que era regulada no código de processo civil de 1973 foi mudada no

novo código de processo civil de 2015 na lei n 13.105 de 16 de março de 2015 abrangendo melhorias nesse quesito de ônus advocatícios no critério de sua fixação, atendendo mais os anseios advocatícios.

Analisando o trabalho, se tem o tema que decorre dos beneficiários da justiça gratuita, é uma temática distinta, mas que tem um vínculo relacional com os honorários advocatícios sucumbenciais. Concernem aos indivíduos que não tem recursos financeiros o suficiente para estar incumbido de pagar custas processuais e os honorários advocatícios do advogado representante, todos devem se ter recurso e direitos perante a lei e quem determina esse sistema de assistência jurídica é o Estado. O novo Código de Processo Civil regula essa prerrogativa de importância ao ordenamento jurídico, mas também decorre da forma que a atuação judiciária demanda de um custo, o tema é abordado e exemplificado nos artigos 98 a 102 do Código de Processo Civil.

# 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E A JUSTIÇA GRATUITA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Honorários advocatícios sucumbenciais são fixados pelo Código de Processo Civil é o seu fato gerador, ou seja, aquele que dá causa a ação deve pagar os honorários advocatícios que foi envolvido injustamente nesse processo judicial. A Justiça de maneira gratuita é a assistência judiciária que é basicamente o direito de um cidadão de ter um advogado do Estado, assim a pessoa fica isenta de todas as custas e taxas judiciais. Todavia, para isso é preciso provar a hipossuficiência, ausência de recursos para pagar as despesas. Diferenciando dos processos comuns que as partes pagam todas as custas do processo, pois não preenchem os requisitos necessários para ter acesso a gratuidade.

A derrota da outra parte da ação que deve pagar, mas sim, como correto dizer, quem se deu o princípio inicial da ação sem a tamanha necessidade, fazendo com que outra parte leve a formular uma demanda judicial, para que seja recompensada a parte por ter gastos com custas processuais e com a contratação de advogados para defender os seus interesses, os valores não fixos e demanda do juiz decidir no final do processo, quando proferida a sentença, é definido pelo STJ como montante de natureza alimentar do advogado, pois é um trabalho humano que merece a tutela do ordenamento Jurídico.



No Código de Processo Civil de 1973 tinha a discussão entre a doutrina e jurisprudência que para a pluralidade o fato de que os honorários seriam como verba de natureza alimentar que pertenciam tão somente ao advogado esse montante, e no Artigo 20, caput do CPC tem como definição que os honorários advocatícios era fundamentado como que se pertencesse a parte do "vencedor (a)" do procedimento judicial:

"Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

Posteriormente com várias discussões acerca desse assunto houve um disposto no Artigo 24:

"Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial."

#### 2.1 JUSTIÇA GRATUITA

O art. 98 discorre sobre o direito à gratuidade da justiça a toda pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, alegando falta de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Com relação às pessoas jurídicas, não há essa presunção de veracidade, cumprindo-lhes provar a insuficiência econômica, necessária para o deferimento da gratuidade. Em relação às pessoas naturais, há uma presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos, que só será afastada se houver nos autos elementos que evidenciem o contrário. No casa da pessoa jurídica deverá aplicar a Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça, que assim estabelece:

"Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

Cabe à pessoa jurídica comprovar sua impossibilidade financeira, não bastando simplesmente que a alegue, como ocorre com as pessoas naturais. E, mesmo em relação a essas, embora haja a mencionada presunção de veracidade, se o juiz entender que as circunstâncias são tais que indiquem

que ela tem condições de suportar as despesas do processo, deverá dar a ela condições de fazer prova da alegada necessidade, indeferindo o benefício se a prova não for feita (art. 99, §§ 2º e 3º).

#### 2 2 HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Nesse tópico iremos trazer noções gerais dos princípios/critérios da sucumbência. O princípio da sucumbência "consiste em atribuir à parte vencida na causa a responsabilidade por todos os gastos do processo". Assim, assenta-se na "ideia fundamental de que o processo não deve redundar em prejuízo da parte que tenha razão." (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 109).

Melhor exprimindo a sucumbência tem a ver com a relação do pedido da ação e não com a instauração do processo em si. O CPC, em seu art. 86, par. único, afirma a seguinte regra: "Parágrafo único. Se um litigante sucumbir à parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários".

Esse princípio se dá pelo momento da sentença da ação abrangendo tanto em relação da procedência para o autor, quanto para o réu na sentença de improcedência.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, conclui-se que o objetivo deste trabalho foi demonstrar a aplicabilidade da justiça gratuita juntamente com as sucumbencias dos honorários advocatícios. A justiça gratuita podemos dizer que ela está atrelada ao princípio da inafastabilidade da jurisdição e o acesso à justiça do poder judiciário, assim constituindo uma de suas garantias. Quando a parte da ação tem o benefício da justiça gratuita não se tem honorários sucumbenciais, pois ele é um valor que a parte vencida em um processo tem que pagar, assim denominados de sucumbencias. Todavia nesses casos específicos não é válida a obrigação do pagamento.

#### REFERÊNCIAS

DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael. **Benefício da justiça gratuita.** 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2008;



JUNIOR, **Humberto Theodoro**, **Direito Processual Civil**, **Vol. 01** / Humberto theodoro Junior - Gen, 2011;

LOBO, Arthur Mendes. Assistência judiciária gratuita no novo código de processo civil: uma proposta de possível emenda ao PL 8.046/2010 / 2011 Assistência judiciária gratuita no novo código de processo civil: uma proposta de possível emenda ao PL 8.046/2010. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n.194, p. 358- 360, abr. 2011.

BRAMANTE, Ivani Contini. Princípio da sucumbencia. São Paulo, 2017. Disponível em: <a href="https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/366/edicao-1/principio-da-sucumbencia">https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/366/edicao-1/principio-da-sucumbencia</a>
Acessado em 18 de Outubro

Projuris: Art 98 ao art 102 do novo CPC comentado artigo por artigo. Março, 2019. Disponivel em: <a href="https://www.projuris.com.br/novo-cpc/art-98-a-102-do-novo-cpc/#">https://www.projuris.com.br/novo-cpc/art-98-a-102-do-novo-cpc/#</a>

Acessado em 5 de Outubro

FACHINI, Thiago. Jusbrasil: Contratuais, sucumbenciais e advocatícios: a diferença entre os honorários. Disponivel em: <a href="https://www.jusbrasil.com.br/artigos/">https://www.jusbrasil.com.br/artigos/</a>

Acessado em: 6 de Outubro

ZANON, Artemio. **Da assistência jurídica integral e gratuita:** comentários à Lei da Assistência Judiciária (Lei n. 1.060, de 5-2-1950, à luz da CF de 5-10-1988, art. 5., LXXIV). 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.